

PORTUGAL DIPLOMÁTICO



Eleições na Venezuela

Incursão Ucraniana em Kursk

Entrevista a António Araújo

EDIÇÃO ESPECIAL

Agosto 2024



0 35545 62336 78 1

Índice

- ▶ Entrevista a António Araújo..... pág. 2
- ➡ Eleições Presidenciais dos EUA – Um Momento Decisivo para a Dinâmica Global..... pág. 10
- ➡ Eleições na Venezuela..... pág. 13
- ➡ Crise Política no Bangladesh..... pág. 17
- ➡ Incursão Ucraniana em Kursk..... pág. 19
- ➡ Médio Oriente: tensão extremada, impasse prolonga-se..... pág. 21
- ➡ Caso Julian Assange e Wikileaks..... pág. 24

Entrevista a António Araújo

Nesta edição especial, o nosso convidado é o jurista, historiador e professor universitário António Araújo. Foi docente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e consultor para os assuntos políticos do Presidente da República. Atualmente é professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, diretor de Publicações e membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da Fundação Francisco Manuel dos Santos e assessor do Tribunal Constitucional. É ainda autor de vários livros e artigos sobre Direito Constitucional, Ciência Política e História Contemporânea. Entrevista realizada por Bruno Oliveira, Margarida Melo e Dario Vargas.

Antes de mais muito obrigado por este convite honroso para participar na vossa revista, que é ótimo, e muitos parabéns por esta iniciativa. Não é muito comum alunos da universidade terem isto.

Obrigado nós pela sua disponibilidade para realizar esta entrevista. A primeira pergunta é a seguinte: quais é que são as competências do Presidente da República?

As competências do presidente estão descritas na constituição, aliás há um artigo próprio do presidente em matéria de política externa. E eu vou praticamente ler esse artigo, mas depois já o explico: nomeia os embaixadores, sob proposta do governo, acredita cá os embaixadores estrangeiros, que têm que apresentar cá credenciais, ratifica os tratados internacionais, devidamente aprovados. Não é o presidente que aprova os tratados, é ele que os ratifica, e outra coisa que é preciso vermos é que, hoje em dia, há muita coisa que é feita por convenção internacional, portanto acordos sob forma simplificada que não tem a forma mais solene dos tratados e que portanto passam ao lado deste processo de ratificação. Para além de nomear os embaixadores e ratificar os tratados, é ao presidente que compete decla-



António Araújo

rar a guerra e fazer a paz, sob proposta do governo e mediante autorização da Assembleia da República. Portanto, estão a ver já que as competências do presidente são importantes, mas a de nomeação dos embaixadores é sob proposta do governo, as da declaração da guerra ou feitura da paz é um processo mais complicado que envolve os três órgãos políticos, sendo que a Assembleia tem que aprovar a declaração de guerra e depois o governo tem que propor ao presidente a declaração e o presidente tem que ouvir o Conselho de Estado, que é um órgão meramente consultivo. Portanto, há uma preocupação que, nas matérias mais fortes da política externa, haja sempre uma concertação dos órgãos de soberania. Obviamente que o presidente não tem só estas competências explícitas. Não está aqui na constituição, por exemplo, as viagens que ele faz, a receção que faz a homólogos e outros chefes de Estado cá, portanto há um conjunto de outros poderes implícitos que decorrem do facto de ser o representante máximo do Estado português e da República Portuguesa, existindo uma série de outros poderes que o presidente tem. Pode mesmo dizer-se que na área da política externa, dentro das diferentes áreas de governação pública, é talvez aquela em que o presidente mais incide. Não se imiscui na diretriz concreta de políticas da saúde, da habitação, já na política externa, precisamente porque é o representante máximo do país em termos não só internos como também externos, tem que haver sempre uma boa articulação com o governo.

E de que forma é que é realizada essa articulação?

Normalmente, a pasta dos Negócios Estrangeiros não é daquelas pastas que “queime” do ponto de vista da governação. Os ministros saem normalmente prestigiados dessas pastas, não são pastas problemáticas que tenham a ver com satisfação de necessidades imediatas, como as listas de espera na saúde, os incêndios florestais ou os atrasos na justiça, e portanto não sendo uma pasta que tem uma responsividade e responsabilidade direta de fazer coisas no sentido de concretizar e resolver problemas concretos dos portugueses, a pasta dos Negócios Estrangeiros não é por acaso que é das mais prestigiadas, quer em termos internos quer em termos externos, e que agora, como agora se vê, o ministro dos Negócios Estrangeiros é muitas vezes o número dois do governo. Normalmente isto requer uma boa articulação com o presidente, feita, por um lado ao nível do gabinete do primeiro-ministro e da casa civil do presidente, que tem dentro uma área própria relacionada às relações internacionais, outras vezes feitas entre o próprio ministério dos Negócios Estrangeiros e a presidência da República, nomeadamente ao nível de um serviço que o ministério coordena, chamado Protocolo de Estado. Pode dizer-se que não é das áreas que se tem sentido, ao longo dos anos de democracia, conflitos e tensões entre o presidente e o governo, sobretudo nos tempos mais recentes. No passado, e relembro, houve alguns conflitos entre o presidente Eanes e os governos da AD, lembro, por exemplo, as nomeações como embaixadora da primeira-ministra Maria de Lourdes Pintasilgo, lembro-me de questões ligadas à cooperação, questões mais antigas ligadas à descolonização. Mas digamos que, nos eixos essenciais da política externa, que é a aposta europeia, o compromisso com os tratados, nomeadamente o Tratado de Lisboa, que é a cooperação com os países de língua

portuguesa, seja a CPLP, seja os países africanos, seja o Brasil, seja Timor, nisso há um consenso nacional, porque também há um consenso entre os dois grandes partidos e como os presidentes nascem dessas áreas, sendo mais perto do centro-esquerda, sendo mais perto do centro-direita, o facto é que os presidentes são dessas áreas. Não se avezinha, no futuro, que saíamos deste padrão, isto é, o que tudo indicia é que o próximo presidente também nascerá de uma destas áreas e portanto será muito pouco provável que tenhamos um presidente vindo do PCP ou do Bloco de Esquerda que ponha em causa esta opção europeia ou de uma área de direita extrema, como o Chega, que ponha em causa de certa forma esta opção. A concertação vai manter-se e no essencial da política externa estamos coordenados. O que devemos dizer sobre a política externa é que há um ou outro ponto que, se calhar no passado, provocou algumas nuances, por exemplo, a adesão da Guiné Equatorial à CPLP. Foi uma grande intenção do governo de José Sócrates, a presidência de Cavaco Silva não entendia, com tão bons olhos, essa adesão, como aliás se veio a verificar. Mas o facto é que as promessas de aprendizagem do português, entre outras, foi uma contribuição muito negativa, do ponto de vista de direitos humanos, de combate à corrupção, de toda a imagem da CPLP. Há uma coisa, no entanto, que se deve dizer, é que a CPLP, ao contrário de outras organizações, como o Conselho da Europa, não tem no seu estatuto fundador a abolição da pena de morte, isto é, os seus membros podem prever a pena de morte e é o caso que o Brasil tem ainda previsto nos seus códigos, não aplica há dezenas e dezenas de anos, mas para crimes militares o Brasil ainda hoje o tem. Quando se formou a CPLP era impossível pôr o fim da pena de morte, pois uma série de Estados ainda a contemplavam.

O professor participou no processo de redação da constituição de Timor-Leste, após o país ter obtido a sua independência. De que forma é que a constituição de Timor-Leste foi influenciada pela nossa?

Eu participei em termos muito secundários enquanto colaborador do professor Jorge Miranda, que esse sim foi convidado, no processo de feitura não apenas da constituição, que essa colaborei com o professor Jorge Miranda, mas também eu redigi um anteprojeto de lei de imprensa e um anteprojeto de lei dos partidos. Tudo isso decorreu de um trabalho que foi feito com uma série de pessoas, ainda antes da declaração de independência. Eu enquanto ainda era professor na faculdade de Direito de Lisboa cheguei a dar aulas que eram gravadas em cassetes e enviadas por missionários, muito clandestinamente, para as montanhas em Timor para serem ouvidas. Eram cursos dados aos guerrilheiros e portanto eram cursos de direito constitucional e ciência política muito simples e depois o professor Jorge Miranda foi contratado, já na altura da independência, ainda antes sequer das eleições presidenciais, para começarmos a elaborar os textos fundamentais para um país que estava a começar a nascer. O texto essencial é a constituição, mas também outros textos fundamentais são as leis dos partidos políticos, uma lei de imprensa, outro sobre organizações, entre outros. Portanto, eu fiz esses textos, não sei até que ponto, também por não conhecer as vicissitudes posteriores, em que medidas foram



alteradas e utilizadas, entre outras. Mas Portugal teve uma contribuição muito interessante aí. Posso dizer que eu, com o professor Jorge Miranda, reunimo-nos muitas vezes, ainda secretamente, quer com Xanana Gusmão, quer com Ramos Horta, onde explicámos o essencial do que é que deveria ser um sistema político adaptado às conjunturas daquele país, que tinha e tem particularidades próprias, como por exemplo, um poder dos chefes tribais, por outro lado uma necessidade de estabilizar a situação política pós-ocupação indonésia com bastante violência e aí atendeu-se à semelhança do que estava a ocorrer, em finais de anos 90, nas modificações das constituições africanas de expressão portuguesa e à semelhança do que já es-

tava a acontecer na Europa de Leste, que o modelo e figurino do semipresidencialismo era o mais adaptado. Não foi muito fácil explicar aos líderes timorenses, nomeadamente a Ramos Horta e Xanana Gusmão, em que consistia o semipresidencialismo. Porquê? Porque, sobretudo Xanana Gusmão, já se adivinhava que queria ser o presidente, não queria governar, portanto à maneira norte-americana, mas queria ter realmente os poderes do presidente e sobretudo o poder de dissolução. Nesse aspeto, a adaptação destes modelos para a realidade pós-colonial nem sempre é fácil e, respondendo mais diretamente à questão, a constituição portuguesa serviu de modelo e figurino à constituição timorense. Nós fizemos então o anteprojecto da constituição que depois foi debatido pelos timorenses, adaptado à realidade local, e só depois é que aprovado.

Em termos de laços históricos com as ex-colónias, na atual conjuntura, existe algum risco de conflito entre a relação de Portugal com a CPLP dado as atuais guerras e alianças a serem formadas?

Sim, penso que existe o risco grave de conflito. Não diria de conflito, porque a ideia de conflito é muito patente e aberta, quase ao nível da guerra. Não é isso que se passa, mas é muito possível que existam zonas de tensão muito grande, sobretudo agora que a China e a Rússia decidiram mobilizar o chamado Sul Global. Não significa que exista o Sul Global como entidade histórica que surgiu do pós-colonialismo, mas a verdade é que o Sul Global esteve, de certa forma, desunido entre si e com uma fraca identidade. Hoje em dia, essa identidade é-lhe dada por novas lideranças desse Sul Global, mas também-lhe é dada por fatores externos, como a influência chinesa, russa, que, obviamente, motivam a ascensão desse Sul

Global. Portanto, essa emergência do Sul Global e tornando-se um traço identitário para muitos líderes, como por exemplo Lula da Silva, que tinha o sonho de se tornar um dos líderes desse grande movimento, que de certa forma, revisita movimentos que já aconteceram no passado, lembrando o movimento dos não-alinhados. Houve sempre uma consciência dos países colonizados que fariam melhor em unir-se. É um bocadinho difícil, e isto prova que a pretensão de Lula de se tornar num grande ator na cena política internacional até agora não funcionou muito, porque, por um lado, ele está dividido e não pode fazer um alinhamento muito grande com a China, que aliás é um grande parceiro comercial, e porque tem sempre uma grande influência norte-americana. Por outro lado, porque pode haver uma estratégia de não-alinhamento com a fratura ditada pela Ucrânia, com países favoráveis à Rússia e outros favoráveis à Ucrânia, onde outros países tentam recusar a questão binária, como por exemplo a Índia, que tanto tem relações com Putin, como agora Modi esteve na Ucrânia. Portanto, houve uma tentativa de uma certa ambiguidade para aproveitar dos dois lados: receber a energia barata da Rússia e não fechar as portas ao grão da Ucrânia. Só que essa ambiguidade construtivo-criativa tem uma série de limites, porque, à medida que a guerra vai avançando, isso vai fazendo com que seja muito difícil manter uma neutralidade completa, como Salazar tentou fazer durante a Segunda Guerra Mundial. A tendência será talvez alinhar com uma potência, depois com outra. Claro que estes países do Sul Global, em particular o Brasil, mas também países africanos, como Angola e Moçambique, vão adaptando a sua política ao evoluir da guerra, não excluindo outro fator histórico, é que os regimes marxistas de Luanda e Maputo tinham uma ligação histórica à União Soviética que, de certa forma, à semelhança do nosso PCP, prolongaram, um pouco estranhamente, com a Rússia. Isto tudo para dizer quais os efeitos disto na nossa política externa. Os efeitos para já estão a ser o seguinte: esta fratura está a debilitar a CPLP. A CPLP, hoje em dia, cada vez mais é uma organização, lamento dizê-lo, irrelevante. As promessas de cooperação com outros países são relativamente irrelevantes, porque os países de microescala, como São Tomé, a Guiné, Cabo Verde, cada um atua em pista própria. São Tomé fez uma abertura aos russos agora, Cabo Verde tem uma grande ligação a Portugal, ou seja, não podemos olhar para estes países como um bloco, cada um tem a sua história e o seu percurso. São Tomé tem grandes carências, portanto estes países que estão tão debilitados que a oferta de qualquer coisa consegue alterar a sua política externa. Diferente é a situação de Angola e Moçambique que, de certa forma, aqui no hemisfério norte está Portugal, mas no hemisfério sul estão três colossos, Brasil, Angola e Moçambique, que nenhum deles precisa da CPLP em grande. A ideia, um bocadinho utópica de que nós julgámos que o Brasil precisaria de nós para ser a porta para a Europa, de certa forma pode haver laços afetivos, mas do ponto de vista das grandes opções e decisões de Estado, não carecem da passagem por Portugal, tanto mais que essas relações com Portugal também estão ainda marcadas por algum trauma dos pós-colonialismo. Portanto, o que é facto é que a posição da CPLP é muito difícil, tensões e conflitos não sei se vão existir do ponto de vista aberto, o que há é, quando começa a haver possibilidade de tensão, dos dois lados do Atlântico, varremos os problemas para debaixo do tapete e

abreviamos um bocado o nosso relacionamento. Isso passou-se muito durante o governo de Bolsonaro em que, devido à personalidade e conflitos entre ambos, aí sim não houve relações. Não se esqueçam que tinha havido relações no tempo do governo de Sócrates, mas muito marcadas com questões económicas, no tempo do grande boom brasileiro, depois tudo isso acabou, mas na altura havia uma promessa de grandes negócios. O estado atual não é um estado tão abreviado e tão congelado como foi durante o governo de Bolsonaro, mas o que é facto é que vejam por exemplo na questão da Venezuela e das últimas eleições que houve: Portugal alinhou com a União Europeia e não se esperava que o Brasil adotasse a linha de não reconhecimento das eleições, havendo logo uma fratura entre os países do Sul Global, com uns a não reconhecerem as eleições de Maduro, com outros a titubear. O Brasil, mesmo no seio desse bloco de países latino-americanos, a destacar-se e a tentar manter uma questão com as atas, portanto o Brasil não teve a mesma posição que outros países do Sul Global, porque nas relações internacionais há sempre um xadrez que se desenvolve. Por agora o Sul Global tem sido apenas um chavão, uma palavra, onde cada Estado funciona por si e, portanto, não sei como vai evoluir a CPLP, mas a CPLP tem vindo a evoluir consoante os interesses dos Estados, porque é muito difícil formar comunidades deste género, sobretudo porque os países estão em desigualdade de dimensão. É possível que as nossas relações se mantenham semicongeladas, acho que já há um grande cansaço da retórica do povo irmão e dos laços afetivos. Já vimos que eles têm um grande limite, por exemplo, na cooperação cultural com o Brasil, que é muito limitada. Há aqui uma série de irritantes, alguns já ultrapassados, que vai tornar um pouco difícil a CPLP ganhar o corpo que tinha. Por outro lado, se Portugal contava com a sua ligação privilegiada com os Estados africanos para se afirmar na União Europeia, os Estados europeus não necessitam de Portugal e mantêm as relações bilaterais com esses países, essa é a realidade.

Ainda no tema dos laços históricos, o que pensa da questão das indemnizações às antigas colónias?

É preciso dizer que, agora na visita do primeiro-ministro Montenegro a Angola, o próprio presidente angolano disse não estar interessado nas reparações. Porquê? Porque, aliás usam aqui a palavra indemnização, e é preciso dizer o seguinte, começando pela questão dos retornados que vieram para Portugal. Portugal foi dos poucos países, se não mesmo o único, que não indemnizou os seus retornados. Inglaterra, por exemplo, através dos acordos de Lancaster House, fez uma coisa que foi atribuir à Rodésia a obrigação de pagar as pensões aos militares ingleses. França também estabeleceu uma série de compensações, Itália também, a Alemanha também, e Portugal não. Por isso, quando se fala na questão das reparações, esse espetro pode criar focos de tensão. Por outro lado temos de ver o que é que se tem de discutir com isso, se a compensação é uma reparação a termos indemnizatórios ou se é uma atribuição de dinheiro a título gracioso, porque se nós queremos fazer uma ideia de indemnização, a indemnização destina-se a cobrir a situação que existia antes de eu ter tido o prejuízo. Pois é absolutamente impossível haver uma

verdadeira indemnização, porque isso implicaria, desde logo, abdicarem da língua, das infraestruturas, das instituições. Isto é, se é para regressar ao statu quo ante, o estado anterior. Por outro lado, o nível de compensações seria absurdo do ponto de vista de montantes e as compensações seriam dadas a Estados ou seriam dadas a pessoas, mas como é que provavam a descendência de escravos? A ideia de uma indemnização para repor a situação pré-colonial é absolutamente fantasiosa. Coisa diferente é mantermos uma política de cooperação, onde fazemos investimentos. Mas isso não está a ser feito a título de reparação, é feito a título de cooperação. Temos de ter muito cuidado, se há uma grande lógica de reparação, pensem no consenso na sociedade portuguesa e com a emergência até de forças de extrema-direita, se isso não afetará depois a cooperação. Penso que é até essa a estratégia do



presidente de Angola quando disse que não queria reparações, porque ele percebe que é muito mais interessante manter uma relação de vários anos com Portugal do que receber um cheque. Por outro lado, isso dificultaria muito a sanidade das nossas relações. Isto é, imaginemos que nós tínhamos que íamos compensar um colosso como Angola em petróleo? E porque não o Brasil? Mas depois o Brasil também não teria que compensar Angola? Estão a ver que há uma caixa de Pandora nisso. Acho que pode haver reparações para questões simbólicas. Se for provado que é um movimento que tem que ser real-

mente debatido, agora um movimento de reparações em larga nunca nenhum país o ensaiou e não me parece que seja viável.

Passando agora para outro tema, como é que se pode tornar um Estado pequeno relevante no palco internacional, como é o caso de Portugal?

É difícil que o Estado português se torne relevante. Pode-se até dizer uma coisa curiosa: Portugal tem uma relevância maior do que a sua dimensão e do que a sua natureza periférica. Relevância que lhe é dada, por um lado, pela presença do mar e da plataforma continental, já foi mais relevante a questão da base das Lages, mas também pensem que, no soft power, o facto de sermos pequenos até nos dá uma certa relevância. Vejam a quantidade de cargos, temos o secretário-geral da ONU, tivemos das migrações, portanto o facto de que, numa época em que é cada vez mais patente o confronto entre grandes potências, em que há um confronto latente entre a China e os Estados Unidos, Portugal pode ter um papel muito importante a desempenhar precisamente porque não tem uma dimensão e uma escala para com-

competir com esses países. É o facto de aproveitar precisamente fazer das fraquezas força e aproveitar a nossa condição periférica e pequena para ganhar na cena internacional um peso que, se calhar, outros países com a mesma escala não têm. Não se pode dizer que Portugal, hoje em dia, a ambição de se tornar relevante, acho que já chegámos ao nível de mais relevância. O que é importante é tratarmos do nosso desenvolvimento e o que devemos procurar é não nos preocuparmos tanto com a relevância em termos internacionais e mais em encontrar modos de desenvolvimento cá, através de algo que a diplomacia pode ajudar muito, sobretudo numa forte componente de diplomacia económica. Na diplomacia política, acho que Portugal já deu o que tinha a dar, no sentido de que deve continuar assim, mas não tem possibilidade de crescer mais, agora a diplomacia económica, que consiga atrair para Portugal investimentos como foram os da Autoeuropa ou os da Bosch em Braga. Se Portugal tiver mais dois ou três investimentos desse género acho que seria extremamente importante. Porquê? Porque há uma agenda de reindustrialização na Europa. É muito possível que Portugal, se souber fazer as apostas certas, se tiver uma diplomacia económica de qualidade, consiga atrair um ou outro investimento estrangeiro, para que não continuemos a viver desta maldição dos recursos e viciados em turismo. O turismo não forma mão-de-obra, não cria riqueza estrutural e reprodutiva e, sobretudo, é muito viciante para quem dele beneficia. Portanto, há um grave risco que é o turismo esterilizar a possibilidade de termos uma agenda de reindustrialização. Por isso mesmo, era muito importante que os nossos governantes comesçassem a ter uma visão de longo prazo.

Para terminar, se Portugal estivesse num regime presidencialista, acredita que seria mais fácil realizar as reformas necessárias em áreas como a saúde, a educação ou a justiça?

Não acredito. Há umas correntes mais de direita que sempre sonharam com o regime presidencialista e nós tivemos um presidencialismo muito sui generis, que foi o da constituição de 1933, mas era um presidencialismo de primeiro-ministro. Isto é, se nós julgássemos que íamos ter um presidencialismo à americana, não é da nossa tradição. Eu compreendo que seja necessário combater algumas pulsões parlamentares jacobinas, de esquerda, que tivemos e que perturbaram a Primeira República, mas também devemos combater as outras e portanto o que permite conciliar, na medida do possível, os extremos do parlamentarismo e do presidencialismo tem sido o semipresidencialismo. Pensem que Portugal, nos últimos cinquenta anos, foi, talvez, o período de maior desenvolvimento da sua história, mas viveu o maior período de paz e estabilidade da sua história, dos seus quase 900 anos de história. Não estou a dizer que tenha sido tudo bom, não foi tudo róseo neste percurso, o que é facto é que foi o período de desenvolvimento, maior distribuição de rendimentos e de estabilidade e paz como nunca tivemos.

Eleições Presidenciais dos EUA – Um Momento Decisivo para a Dinâmica Global

Por Marta Paço

As eleições presidenciais americanas de 2024 estão a ser vistas como um momento crucial não apenas para o país, mas também para o mundo. A corrida entre Kamala Harris, atual vice-presidente, e Donald Trump, ex-presidente, está a polarizar a nação americana numa disputa que promete ser renhida e cheia de incertezas. Mais do que uma simples escolha entre dois candidatos, esta eleição está a colocar em jogo o futuro da política interna e externa dos Estados Unidos, numa altura em que as dinâmicas globais estão a mudar rapidamente.

Kamala Harris entrou para a história em 2020 ao ser eleita a primeira mulher primeira mulher negra e primeira mulher de ascendência sul-asiática a ocupar o cargo de vice-presidente dos Estados Unidos, ao lado de Joe Biden. Nascida em Oakland, Califórnia, Harris que é filha de imigrantes, mãe Indiana e pai Jamaicano, foi moldada pela diversidade e as questões de justiça social desde cedo. Formada em Direito pela Universidade da Califórnia, Harris iniciou a sua carreira como procuradora no estado da Califórnia, onde fez da luta contra a corrupção e a reforma da justiça criminal os seus principais focos de atuação. O seu percurso na política nacional ganhou destaque quando foi eleita senadora pela Califórnia em 2016, tendo sido uma voz firme em debates sobre saúde, reforma da polícia e direitos civis. Em 2020, foi escolhida como vice-presidente pelo presidente Joe Biden, desempenhando um papel crucial em áreas como a imigração e a reforma do sistema judicial. Agora, candidata à presidência pelo Partido Democrata, Harris promete continuar o legado progressista da administração Biden, com um foco particular em justiça social, direitos das mulheres e minorias, e uma política externa baseada em alianças internacionais sólidas.



Kamala Harris a discursar na Convenção Democrata Nacional (foto: USA Today)

Donald Trump, que já ocupou o cargo de presidente dos Estados Unidos entre 2017 e 2021, está novamente na corrida pela Casa Branca, após ter sido derrotado na eleição de 2020 por Joe Biden. Nascido em Nova Iorque, Trump é filho de Fred Trump, um proeminente promotor imobiliário, e construiu a sua própria fortuna no mundo dos negócios, destacando-se como empresário e apresentador de televisão antes de entrar na política. A sua primeira campanha presidencial, em 2016, foi marcada por uma retórica nacionalista e populista, que prometia colocar "a América em primeiro lugar". Durante o seu mandato, Trump adotou políticas de desregulamentação, cortes fiscais para grandes empresas, e procurou endurecer a política de imigração com medidas restritivas. No plano internacional, as suas ações foram frequentemente criticadas por enfraquecerem alianças históricas, como a NATO, e por adotarem uma abordagem agressiva e muitas vezes unilateral em questões de comércio e segurança global. O regresso de Trump à arena política em 2024 representa, para muitos, uma tentativa de restaurar a sua visão de um país forte, com fronteiras rígidas e uma política económica protecionista. Contudo, o ex-presidente enfrenta uma série de desafios legais relacionados com as investigações sobre a sua conduta enquanto esteve no cargo, o que poderá afetar a sua candidatura.



Donald Trump (direita) e Robert F. Kennedy Junior (esquerda) juntos, após a declaração de apoio de RFK a Trump (foto: New York Times)

O papel do vice-presidente nos Estados Unidos é crucial, não só como conselheiro do presidente, mas também como o responsável por assumir o cargo em caso de incapacidade ou morte do titular. Tanto Kamala Harris como Donald Trump escolheram candidatos a vice-presidente que refletem as suas visões políticas e que complementam as suas campanhas.

Kamala Harris optou por Tim Walz, governador do Minnesota, que tem uma forte ligação ao eleitorado rural e à classe trabalhadora. Ex-professor e veterano do Exército dos Estados Unidos, Walz é conhecido pela sua política de defesa dos direitos dos trabalhadores e da educação pública. A sua escolha visa equilibrar a campanha de Harris, oferecendo uma visão pragmática das questões sociais e económicas, além de ser um importante trunfo para conquistar votos no centro-oeste americano, uma região chave para as eleições.

Donald Trump, por sua vez, escolheu James David Vance, senador pelo estado de Ohio e autor do livro de memórias "Hillbilly Elegy", que se tornou um best-seller e uma referência sobre a vida na classe trabalhadora branca dos Apalaches. Vance é um conservador firme, que partilha muitas das visões populistas e nacionalistas de Trump, e a sua presença na campanha serve para reforçar a ligação de Trump com o eleitorado rural e da classe média baixa, que tem sido uma base forte do ex-presidente.



J. D. Vance (foto: NBC News)



Tim Walz (foto: The Guardian)

Os candidatos apresentam visões radicalmente diferentes para o futuro dos Estados Unidos, especialmente em relação à política externa e às grandes questões domésticas. Kamala Harris tem colocado a justiça social, a igualdade de género e a reforma do sistema de saúde no centro da sua campanha. Ela defende uma política de imigração mais humana, com caminhos claros para a cidadania e a proteção dos direitos dos imigrantes. Em termos de política externa, Harris propõe fortalecer alianças tradicionais, como a NATO, e aumentar o envolvimento dos EUA em organizações multilaterais, como as Nações Unidas, para enfrentar desafios globais como as mudanças climáticas e a crescente influência da China. Donald Trump, por outro lado, mantém a sua postura de "América Primeiro", concentrando-se em proteger as fronteiras americanas, promover o crescimento económico interno através de políticas protecionistas e reduzir a influência externa dos EUA em conflitos internacionais. A sua política externa é mais isolacionista, e Trump tem prometido continuar a reduzir o envolvimento militar dos EUA em conflitos no Médio Oriente, ao mesmo tempo que adota uma postura dura contra a China e o Irão.

Estas eleições não afetam apenas os Estados Unidos. O seu resultado terá repercussões em todo o mundo. A liderança de Kamala Harris poderá significar uma reafirmação do multilateralismo e um fortalecimento das relações internacionais com aliados europeus e asiáticos, ao mesmo tempo que aborda questões globais, como o clima e os direitos humanos. Já uma vitória de Donald Trump poderá implicar um retorno ao nacionalismo e ao unilateralismo, com possíveis tensões renovadas nas relações internacionais, particularmente com a China, a União Europeia e o Médio Oriente. À medida que o mundo observa, o que está em jogo nestas eleições é mais do que apenas a liderança dos Estados Unidos. A direção política que o país tomar afetará diretamente as economias globais, as políticas climáticas e a estabilidade internacional. Em 2024, os eleitores americanos não estarão apenas a decidir o futuro do seu país, mas também o do mundo.

Eleições na Venezuela

Por Matilde Martins

As eleições presidenciais na Venezuela disputaram-se a 28 de Julho. As autoridades eleitorais marcaram as eleições para este dia em particular, visto coincidir com a data de nascimento de Hugo Chávez, fundador do movimento bolivariano, também conhecido como chavismo, sendo este responsável pela governação da Venezuela desde 1999. Nicolás Maduro foi escolhido como seu sucessor e está no poder desde a sua morte no ano de 2013.

O governo de Maduro tem presidido uma forte deterioração económica e social. Cerca de 5,1 milhões de pessoas não estão a alimentar-se devidamente, de acordo com as Nações Unidas. Os salários estão congelados, os serviços de saúde estão depauperados e os apagões persistem. Nos últimos dez anos, o PIB da Venezuela diminuiu cerca de 73%. A hiperinflação que chegou aos 345.000% em 2019, só este ano se reduziu para os dois dígitos.

Aproximadamente 7,7 milhões de venezuelanos fugiram do país. Cerca de 2,8 milhões já vivem na Colômbia, 1,5 milhões no Perú e 568 mil no Brasil, além do êxodo consistente para os Estados Unidos. O governo atribui as dificuldades económicas do país às sanções impostas pelos EUA. Estes reimpuseram sanções petrolíferas em Abril, no rescaldo da acusação a Maduro de este ter negligenciado os Acordos de Barbados, assinados em Outubro do ano passado, alcançados com a oposição tendo em vista garantir eleições livre.

A um mês das eleições presidenciais, Maduro retoma negociações com os Estados Unidos. Esta iniciativa pode ser interpretada, por um lado, como um sinal político de mudança, demonstrando-se contributivo para a paz, por outro, como uma salvaguarda para a sua saída, garantindo poder e petróleo.

No sistema eleitoral venezuelano, o voto é simultaneamente eletrónico e em papel. De acordo com o Conselho Nacional de Eleições (CNE), assim que se entra numa mesa de voto e após se registar o voto, é necessário selecionar, num dispositivo eletrónico, o candidato no qual o votante em causa tem a intenção de votar. Depois, o dispositivo gera um comprovativo de voto com o candidato selecionado no computador, sendo posteriormente inserido numa urna.

No que diz respeito aos resultados oficiais, Nicolás obteve 5,15 milhões de votos (51%), enquanto Urrutia arrecadou pouco menos de 4,5 milhões (44,2%). A líder da oposição, María Corina Machado, afirmou que o candidato da oposição González havia arrecadado 70% dos votos, o que exacerbou a repres-

são sobre a oposição. Contudo, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) anunciou a reeleição de Maduro com um terceiro mandato de seis anos.

Edmundo González, antigo diplomata e atual membro da oposição, foi registrado como candidato suplente em Março, tendo, em Abril, sido nomeado candidato oficial da oposição, após a vencedora das eleições primárias, Maria Machado, não se ter conseguido registrar, além de ter sido impedida pelo atual regime de exercer quaisquer cargos públicos por um período de 15 anos. Tarek Saab, procurador-geral da Venezuela, considera Corina Machado autora moral das mortes causadas pela repressão policial nos protestos pós-eleitorais.



Corina Machado e Edmundo González (foto: Globo)

A partir de 2021 a sociedade despolitizou-se, porque as pessoas viram que o governo de Juan Guaidó (autoproclamado presidente interino em 2019) não cumpriu com o prometido. Nas primárias, Machado consolidou-se como líder da oposição e repolitizou o país.

De modo a evitar a repetição de acusações sobre fraude eleitoral, como sucedeu em 2018, pelo então líder da oposição Juan Guaidó (com o apoio dos EUA e da União Europeia), desta vez não haverá escrutínio por parte das delegações internacionais. O governo inviabilizou a entrada de observadores da UE e só aceitou a presença de acompanhantes da ONU na condição de não se pronunciarem, podendo apenas fazer recomendações para o futuro.

Durante o período eletivo foram relatados diversos problemas no registo de eleitores venezuelanos a viver no estrangeiro, estando estas pessoas impossibilitadas de exercer o seu direito de voto. Como já foi referido, várias instâncias internacionais, incluindo o grupo do Partido Popular Europeu (PPE), em que estava inserido o eurodeputado português Sebastião Bugalho, foram impedidas de dar entrada no país para acompanhar o desenlace das eleições.

Ao longo da história venezuelana, os militares têm sido um dos pilares do movimento bolivariano. Hugo Chávez era comandante e promoveu inúmeros aliados a postos elevados na hierarquia interina das Forças Armadas. Recentemente, as Forças Armadas confirmaram a “lealdade absoluta” ao presidente Nicolás Maduro, após a última instância judicial validar os resultados eleitorais.

O processo eleitoral foi pautado pela desconfiança de governos estrangeiros, inclusive de países próximos de Nicolás, assim como de organizações internacionais, dado não terem sido apresentadas as atas eleitorais pelas respectivas autoridades venezuelanas. O Presidente do Brasil assumiu que defende um novo ato eleitoral ou uma solução que passe por um governo de coligação com o objetivo de pôr fim à crise política e social que o país atravessa desde 28 de Julho, construindo credibilidade no sistema internacional. O Brasil é neste momento um dos principais interlocutores regionais para a crise, juntamente com a Colômbia, após o presidente do México, Andrés Obrador, afirmar que aguardava pelo veredito final do Supremo Tribunal da Venezuela, que se encontra a analisar as atas eleitorais entregues pelas autoridades. Os três países exigiam a publicação das atas eleitorais e uma verificação imparcial dos resultados.

A diplomacia portuguesa considera que as dinâmicas regionais estão a alterar-se, com o Brasil e a Colômbia a deixarem de ser complacentes com o regime de Maduro, especialmente após o referendo à anexação do território da Guiana Essequiba, e a poderem ter um papel fulcral na resolução da crise vigente. Uma transição negociada, com ou sem eleições, para assegurar um governo e um presidente interinos e independentes, dando garantias de imunidade a Nicolás Maduro, como já anteriormente foi feito pelos Estados Unidos.

Sendo Portugal um país com grande representatividade na Venezuela, cerca de meio milhão de portugueses e luso-venezuelanos, quer isto dizer que tem tido uma posição cautelosa relativamente ao caso político venezuelano, mas também tem um papel na posição europeia. Nas próprias palavras do ministro dos negócios estrangeiros português, Paul Rangel, “temos em ambos os lados uma declaração de vitória e, portanto, impõe-se que as autoridades independentes possam fazer uma verificação imparcial nos resultados”. Numa conversa com Edmundo González e María Machado, o ministro dos negócios estrangeiros português reafirmou a condenação limiar da perseguição da oposição, a obrigação de libertar os luso-venezuelanos detidos e a defesa intransigente da União Europeia.

A Espanha pediu a apresentação das atas das mesas de voto de forma a garantir resultados integralmente verificáveis. Já a União Europeia, no dia 4 de Agosto, emitiu um comunicado em que apela à transparência do processo, pede o fim da repressão e o respeito pelos direitos humanos, ainda que não reconheça a vitória de nenhum dos candidatos. Num relatório, as Nações Unidas postularam que as regras na publicação dos resultados não foram seguidas e acusaram que a falta de divulgação das atas não tem precedentes.

Na América do Sul, o presidente argentino Javier Milei qualificou o resultado oficial de fraude, enquanto o Uruguai, o Peru e a Costa Rica o rejeitaram. O Chile proferiu que não aceitaria qualquer resultado que não fosse suscetível a verifica-

ção. Cuba, Honduras e Bolívia felicitaram Nicolás Maduro. O governo de Maduro considera que as posições da Argentina, do Chile, da Costa Rica, do Panamá, do Perú, da República Dominicana e do Uruguai minam a soberania nacional, neste sentido, cortou relações diplomáticas com estes países.

Gustavo Petro, presidente da Colômbia, afirmou que as eleições presidenciais na Venezuela têm de terminar pacificamente, com uma contagem transparente da votação, além da divulgação das atas dos votos. Gustavo solicitou aos Estados Unidos que levantassem as sanções que vigoram contra a Venezuela.

Os Estados Unidos demonstram-se preocupados quanto ao facto de os resultados anunciados não refletirem a dita soberania popular, solicitando a publicação de um apuramento detalhado dos votos. A China e a Rússia felicitaram Maduro pela sua reeleição. Exemplo disto mesmo é o convite feito pela Rússia a Nicolás Maduro para uma cimeira, em Outubro, do BRICS. Volodymyr Zelensky, o presidente da Ucrânia, demonstra-se preocupado com a presença de mercenários russos na Venezuela.

O Supremo Tribunal validou os resultados das eleições presidenciais no país divulgados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que ditaram um terceiro mandato de Nicolás Maduro, renegado pela oposição e por grande parte da comunidade internacional, que alegam ser fraude eleitoral. Caryslia Beatriz Rodríguez é acusada de ter ligações políticas e falta de imparcialidade dada a sua conexão ao presidente da Venezuela. Já foram realizadas denúncias pela oposição junto do Supremo Tribunal, porém sem sucesso.

Por um lado, a União Europeia e a maioria dos países latino-americanos encarnam a oposição, por outro, a China, a Rússia, o Irão e Cuba apoiam o regime. Este grupo de países incita Maduro a escalar militarmente o conflito já que é do interesse da Rússia, pois permite-lhe ter vantagens nas negociações, no caso da Ucrânia, apaziguando as atenções e possibilitando uma maior credibilidade.

Os Estados Unidos, o Brasil, o México e a Colômbia dão primazia à estabilidade política, ainda que tenham preferência pela democracia em detrimento da ditadura. Este grupo de países procura evitar a todo o custo uma intervenção direta por parte da China, da Rússia, do Irão ou de Cuba. Assim, mantém-se um equilíbrio de forças, o dito status quo.

Crise Política no Bangladesh

Por Dario Vargas

No dia 5 deste mês, a primeira-ministra do Bangladesh, Sheikh Hasina, demitiu-se do governo e fugiu do país, pondo fim a um governo contínuo de 14 anos, sucumbindo à pressão gerada por uma série de protestos estudantis que evoluíram num movimento a exigir a sua destituição.

Esta onda de descontentamento iniciou-se no princípio de julho deste ano, após o Supremo Tribunal do Bangladesh ter restaurado um sistema de cotas para recrutamento para cargos públicos que reservava 30% desses cargos a descendentes de guerrilheiros que lutaram na Guerra de Independência de Bangladesh, uma medida contestada por parte da população como sendo discriminatória e que causara em 2018 protestos que levaram na altura à sua revogação por parte do governo.



Manifestantes tentam derrubar uma estátua do pai de Sheikh Hasina, antigo primeiro-ministro e presidente Sheikh Mujibur Rahman (Foto: BBC)

Inicialmente um movimento limitado a estudantes, veio a ganhar tração no país e a agregar simpatizantes em todas as camadas da sociedade, levando a confrontos com as forças de segurança que causaram 300 mortos. Esta escalada de violência foi atribuída, pelos manifestantes, a uma reação repressiva por parte das forças de segurança, enquanto o governo acusou os participantes deste movimento de serem “terroristas” a procurarem “desestabilizar a nação”.

Apesar do Supremo Tribunal ter revogado a maior parte das cotas no dia 21 de julho, o grupo “Estudantes contra a Discriminação”, protagonista do movimento, liderou uma nova ronda de demonstrações, exigindo um pedido de desculpas oficial da primeira-ministra e à libertação de manifestantes presos. Conforme noticiado pela agência de notícias Reuters, Hasina demitiu-se e fugiu do país após as forças armadas recusarem abrir fogo contra os manifestantes para impor um recolher obri-

gatório ordenado por esta, tornando claro que perdera o apoio do exército. Estes acontecimentos surgem no contexto de uma inflação crescente e de um mercado de trabalho desfavorável para recém-licenciados, assim como oposição à reeleição de Hasina, vista como uma figura autoritária, para um quarto mandato e de corrupção por parte de funcionários do governo.

No rescaldo dos protestos, o presidente do Bangladesh, Mohammed Shahabuddin, convocou um governo provisório liderado por Muhammad Yunus, vencedor do prémio Nobel da Paz, sob sugestão dos líderes do movimento estudantil. Em declarações após a sua chegada ao país, Yunus, um crítico de Sheikh Hasina, afirmou que o Bangladesh obteve “um segundo dia de independência”, afirmando que iria seguir o caminho “que os estudantes nos mostrarem”.

Um processo judicial foi aberto para investigar acusações de assassinato por Hasina e seis membros da sua administração após membros das forças de segurança terem matado um indivíduo durante os protestos.



Muhammad Yunus (centro) é recebido por membros das forças armadas em Dhaka, capital do Bangladesh.
(Foto: Reuters)

Em declarações públicas, Sajeeb Wazed Joy, filho de Hasina, afirmou que esta iria eventualmente regressar do seu exílio na Índia, aliado do seu governo, e que o seu partido, a Liga Awami, iria obter uma vitória nas próximas eleições no país.

Segundo o jornal indiano *The Economic Times*, fontes próximas de Hasina relataram que esta alegou que os Estados Unidos da América estariam por detrás da onda de protesto por rejeitar um pedido americano para ceder a ilha estratégica de São Martinho na Baía de Bengala, enquanto Wazed Joy afirmou, sem fornecer evidências, que “somente um serviço de inteligência teria a capacidade de contrabandear e fornecer armas aos manifestantes”. Perante estes rumores, os Estados Unidos reiteraram que “qualquer relato ou rumor que o governo dos Estados Unidos estariam envolvidos nestes eventos é simplesmente falso” e que fora uma escolha “por e para o povo bangladeshi”.

Incursão Ucraniana em Kursk

Por Dario Vargas

No dia 6 de agosto, forças ucranianas atravessaram a fronteira com a Rússia na região de Kursk e iniciaram a maior incursão do seu país em território russo desde que a Ucrânia foi invadida a 24 de fevereiro de 2022. Ataques prévios levados a cabo por forças paramilitares alinhadas à Ucrânia foram de uma escala menor, consistindo principalmente de ataques fronteiriços.

Este ataque surgiu inesperadamente, sendo que previamente o conflito encontrara-se focado na região do Donbass, área que tem visto os maiores confrontos entre forças ucranianas e forças russas e que nos últimos meses tem visto ganhos incrementais por parte da Rússia. Conforme reportado pela agência de notícias BBC, soldados ucranianos afirmaram que “entraram facilmente com pouca resistência”, defendendo que “o elemento de surpresa funcionou”. À data de 20 de Agosto, a Ucrânia alegadamente ocupava 1250 quilómetros quadrados de território russo, incluindo a cidade de Sudzha, alvo estratégico por ser um ponto central no transporte de gás para o resto da Europa, e tinha uma presença estimada de milhares de soldados na frente de batalha.

Um adido de Volodymyr Zelensky, presidente da Ucrânia, afirmou que a ofensiva procura forçar a Rússia a iniciar negociações de paz “justas” para pôr termo ao conflito. Contudo, o Kremlin rejeitou qualquer diálogo com Kyiv após a incursão, afirmando que “neste momento, dado esta escalada, não falaremos”.



Um veículo militar ucraniano passa por um posto fronteiriço destruído em direção a Kursk (Foto: AFP)

Por sua parte, Vladimir Putin, presidente da Rússia, afirmou que a ofensiva ucraniana foi uma “provocação grave”, pelo que o Kremlin prometeu “forçar o inimigo” fora da Rússia e anunciou o início de uma “operação de contraterrorismo” na região e nas regiões de Belgorod e Briansk, ambas na fronteira com a Ucrânia. Segundo estimativas russas, cerca de 200,000 pessoas foram evacuadas de Kursk.

Como foi relatado pela agência de notícias CNN, as forças armadas russas transferiram várias brigadas de território ucraniano para a frente em Kursk, mantendo, contudo, as suas mais experientes forças nas suas posições na Ucrânia. No período após o início das operações em Kursk, forças russas avançaram em vários locais na região do Donbass, aproximando-se da cidade de Pokrovsk, um ponto estratégico que serve como um posto militar chave para o exército ucraniano.



Cidadãos russos evacuados das regiões fronteiriças de Kursk esperam pela distribuição de mantimentos (Foto: New York Times)

A invasão russa à Ucrânia foi um escalar de um conflito iniciado dia 27 de fevereiro de 2014 com a invasão russa à região da Crimeia e uma revolta por forças separatistas pró-russas no Donbass, surgido após uma onda de instabilidade no rescaldo dos protestos Euromaidan, que derrubaram o governo do presidente ucraniano Viktor Yanukovich, considerado próximo de Moscovo, após a sua súbita decisão de não assinar um acordo com a União Europeia aprovado em 2013 por 315 dos 349 deputados do parlamento ucraniano.

A Rússia afirma que a invasão da Ucrânia ocorreu pela necessidade de “defender o povo” das repúblicas separatistas de Donetsk e Luhansk, posteriormente anexadas pela Rússia no dia 30 de setembro de 2022, de prevenir “humilhação e genocídio perpetrado pelo regime de Kyiv” e de “desmilitarizar e desnazificar” a Ucrânia. Por seu lado, a Ucrânia e os seus aliados no Ocidente condenaram a invasão como uma violação da lei internacional e da integridade territorial ucraniana, enquanto a Assembleia Geral das Nações Unidas passou, com 141 votos a favor, uma resolução a exigir a retirada de forças russas de território ucraniano.

Médio Oriente: tensão extrema, impasse prolonga-se

Por Rodrigo Fialho

Após ataque preventivo de Israel na fronteira libanesa, Hezbollah dispara centenas de projéteis. Em Gaza, somam-se mais de 40 mil mortos. À mesa de negociações, todos parecem interessados no fim das hostilidades, menos as partes envolvidas. Nesse espaço, Irão oscila a retórica entre a contenção e o belicismo.

Troca de tiros pela fronteira libanesa

Na madrugada de domingo (25), a organização política e paramilitar Hezbollah, apoiada pelo Irão e que exerce grande influência no Líbano, anunciou ter iniciado um ataque em larga escala contra Israel. Contudo, antes do ataque se realizar, já Israel tinha decretado estado de emergência por 48 horas e bombardeado alvos no território libanês, numa ação dita preventiva.

O Hezbollah procurou iniciar a “primeira fase” como vingança pela morte do seu comandante Foad Shukr, abatido a 30 de julho num ataque israelita. Quanto ao patrocinador do grupo extremista, o Irão, pretendia um ajuste de contas pelo assassinato do líder do Hamas, Ismail Haniyeh, em Teerão, no dia seguinte. Segundo Hassan Nasrallah, secretário-geral do Hezbollah, a resposta da organização procurou atingir a sede do Instituto de Inteligência e Operações Especiais israelita (Mossad) em Giliot.

Segundo Israel, os danos do ataque foram limitados face à neutralização da artilharia xiita. O agressor, por outro lado, considerou-o um “sucesso” e o Hamas agradeceu a “bofetada na cara” ao país judaico. Para além destas, outras informações contraditórias circulam. Se a expressão “primeira fase” do despique ecoada pelas altas instâncias do Hezbollah pressupõe que haveria outros ataques, um discurso de Nasrallah deu a entender que a vingança estava concluída.

Destas manobras resultou o cancelamento de voos por parte de várias companhias aéreas sobre parte do Oriente Médio.

No Cairo, Hamas abandona a mesa de negociações

A delegação do Hamas abandonou a capital egípcia onde decorrem as negociações de paz, continuando estas sobre trégua com Israel na segunda-feira (26). A organização militar relatou o encontro a mediadores do Egito e do Qatar, o que parece indicar que irá continuar a participar nas negociações, mas de forma indireta.

Ezzat Rishq, membro proeminente da delegação palestina, reiterou as exigências do Hamas: "cessar-fogo completo, uma retirada total (das tropas israelitas), o regresso das pessoas deslocadas, a entrada de ajuda humanitária, a reconstrução e um acordo de troca" entre os seus prisioneiros e os reféns feitos a 7 de outubro do ano passado.

Fonte egípcia anónima explicou que "a ronda de negociações que decorreu hoje no Cairo assistiu a um grave impasse devido à falta de resolução da posição de cada uma das partes sobre a proposta da outra" e que o ataque do Hezbollah não afetou as negociações. Para além disto, o país anfitrião rejeitou a proposta de Israel de permanecer no Eixo de Filadélfia – corredor de 14km de comprimento que medeia a fronteira Egito-Israel, regulamentado no tratado de paz israelo-egípcio (1979) – e no Corredor de Netzarim. Este último instituído durante o atual conflito, divide Gaza em zona norte e sul através de uma passagem de 4km de largura.

Por fim, o Egito não aprovou o pedido norte americano de colocar forças navais perto das suas fronteiras, nos mares Mediterrâneo e Vermelho; e outras aéreas, que sobrevoariam o seu território.



Manifestantes pró-Palestina (foto: Washington Post)

Intervenientes desinteressados na paz

Diana Soller, especialista em Relações Internacionais, em comentário à CNN Portugal, expôs uma perspetiva informada face ao atual estado do conflito. Segundo esta, os negociadores dos EUA, Qatar e Egito, estão empenhados no cessar-fogo. Paradoxalmente, Hamas e Israel rumam noutra direção.

A administração Biden estaria interessada em acalmar as tensões nacionais e intrapartidárias, agravadas por uma noite eleitoral cada vez mais próxima. O Qatar procuraria afirmar-se como mediador de peso na região do Médio Oriente e o Egito zelaria pela sua segurança imediata.

Soller explica, no entanto, que um cessar-fogo é incongruente com os objetivos dos beligerantes. Israel pugna pela destruição do Hamas, vendo no resgate dos seus cidadãos-reféns um objetivo secundário. Já o Hamas teria a sua sobrevivência perigada por um período de paz, uma vez que a comunidade internacional dificilmente lhe reconheceria legitimidade como governo de Gaza.

Por outro lado, à medida que o tempo passa, o Irão vai-se sentindo “cada vez mais livre” para intervir. Frustrados os seus esforços para legitimar uma intervenção militar aos olhos da comunidade internacional, vê no impasse das negociações um esboroar da opção diplomática e de contenção.

No domingo (25), Abbas Araghchi, Ministro dos Negócios Estrangeiros iraniano, após longa conversa com o homólogo italiano, Antonio Tajani, publicou o seguinte na rede social X: "A reação do Irão ao ataque terrorista israelita em Teerão é definitiva e será medida e bem calculada. Não tememos uma escalada, mas também não a procuramos, ao contrário de Israel". Já durante a conversa telefónica, Tajani pediu ao primeiro que "encoraje uma desescalada no Líbano e no mar Vermelho". Isto, numa respetiva alusão aos grupos Hezbollah e Hutis do Líbano.

Balanço sangrento

Enquanto o impasse dura, o desastre humanitário de Gaza agiganta-se com mais de 40 mil mortos e dezenas de milhar de feridos, segundo o Ministério da Saúde da região. Já as famílias israelitas dos 110 reféns dos cerca de 250 raptados a 7 de outubro do ano passado numa ofensiva que vitimou 1140 pessoas, veem a esperança de voltar a estar com os seus entes queridos eclipsar-se de dia para dia.



Edifícios destruídos em Gaza (foto: Carnegie Endowment)

Caso Julian Assange e Wikileaks

Por Johan Schäfer

Profundamente envolvido no caso de jornalismo de investigação mais conhecido do mundo, Julian Assange, de atualmente 53 anos e nascido na Austrália, foi libertado em julho de 2024 após uma década detido em prisões e embaixadas. A sua importância vai muito além da publicação de segredos de Estado dos Estados Unidos e dos seus aliados ocidentais assim como de documentos secretos de empresas através da sua plataforma na internet, a Wikileaks, em parceria com media ocidentais como o Spiegel, Guardian e New York Times. Afeta algumas das mais elementares liberdades supostamente garantidas em democracia: de expressão e de imprensa. Por essa razão foram vários os elementos da sociedade a criticar o desrespeito pelas mesmas por parte das democracias e governos ocidentais, quando os seus países são afetados negativamente.

À parte de Edward Snowden, que revelou a vigilância em massa pela National Security Agency (NSA) americana em 2013, Assange, a sua equipa e outros informantes mostraram entre muitas outras coisas crimes de guerra ocidentais cometidos no Afeganistão e Iraque. O vídeo mais famoso, denominado Collateral Murder, revela como helicópteros dos EUA matam à distância onze pessoas em Bagdad em 2007, durante a ocupação do Iraque. Alguns deles eram civis, incluindo dois jornalistas iraquianos da Reuters, sendo, por isso, claramente ilegal à luz da convenção de Genebra, que regula os atos permitidos em guerras. As revelações provocaram ondas de choque no mundo ocidental, pois a população desconhecia grande parte da realidade das intervenções militares e do sofrimento civil que provocavam.

No entanto, a Wikileaks foi muito mais além: deu a conhecer casos gravíssimos de fuga de impostos e corrupção entre políticos e empresários ao mais alto nível, como mais tarde também seria feito pelos Panama, Pandora e Paradise Papers; publicou listas dos sites (alguns injustificadamente) proibidos também por motivos políticos e, consequentemente, inacessíveis em países autocráticos como a China, mas também democráticos como a Austrália ou Noruega; um documento no qual a Central Intelligence Agency (CIA) recomenda uma manobra contra a Wikileaks por estar a tornar-se demasiado “perigosa” e revelar segredos íntimos seus; outro documento da CIA sobre a estratégia de manipular a população alemã e francesa a favor ou pelo menos não contra a guerra do Afeganistão; o denominado US Embassy Cablegate, ou seja a publicação de mensagens confidenciais de embaixadas dos EUA; as Guantanamofiles acerca do aprisionamento injustificado de pessoas inocentes cadeia da Base Naval americana de Guantánamo, na ilha de Cuba; as listas de convidados para conferências de elite de Bilderberg passadas; protocolos da comis-

são de inquérito do parlamento alemão sobre a vigilância em massa por parte da NSA; ou o Vault 7: provas de como a CIA consegue hackear todo o tipo de dispositivos eletrônicos, mesmo os supostamente protegidos pela tecnologia de ponta-a-ponta (como o WhatsApp) e para além disso atribuir as culpas aos seus adversários, indo muito além das competências que serviços secretos ao serviço de uma democracia devem ter.

Estes foram apenas muito resumidamente alguns dos conteúdos dos múltiplos escândalos provocados pelas revelações. É de notar que estes leaks envolvem por vezes centenas de milhares de documentos, sendo, portanto, altamente complexos e muito complicados de avaliar objetivamente, tarefa que foi feita por muitos dos maiores jornais ocidentais. Como a maior parte deles envolve informantes anónimos e serviços secretos de forma direta, é fundamental ter especial cuidado ao tratar dos dados, avaliá-los e tirar conclusões. Obviamente que o site da organização sofreu as mais variadas tentativas de ser desligado da internet, envolvendo-se a mesma numa guerra informática para manter as suas informações online e acessíveis ao público comum.

No entanto, é possível concluir que muitas das revelações são verdadeiras e colocam em causa a moralidade das democracias ocidentais e dos seus valores e liberdade, dando asas a especulações sobre quem tem na realidade o controlo.

Após a resumida explicação sobre o trabalho da plataforma sob a liderança de Assange, é necessário olhar para o que pode ser chamada a disputa pessoal entre o jornalista e os seus advogados contra a máquina jurídica dos EUA, que o acusa de espionagem e publicação de segredos de Estado. Constitui um caso judicial complicadíssimo, que envolve dezenas de países e muitos milhões de dólares apenas para restringir e punir a atividade da Wikileaks. Tem como um dos objetivos principais intimidar potenciais novas fontes e whistleblowers que pretendem imitar o exemplo corajoso de Assange e vai contra todas as regras do Estado de direito. Para além disso, pretende conduzir de forma hábil e manipulativa a atenção do público para a pessoa Assange, retirando-a do conteúdo das revelações profundamente embaraçosas. Também os media (nomeadamente os cor-de-rosa) têm um papel determinante pela negativa no caso, em primeira linha para difamar o jornalista e dirigir a opinião pública contra o mesmo.

Em 2010, meses após o começo das revelações de Wikileaks em larga escala, duas suecas acusaram Assange de assédio sexual. No entanto, este foi impossibilitado de depor na Suécia, tendo os procuradores permitido que fosse para o Reino Unido a propósito da sua participação numa conferência. No entanto, não pôde regressar para a Suécia, pois, entretanto, existia um mandato de captura europeu contra o mesmo, que apenas se baseava nas vagas acusações das suecas. Refugiou-se na embaixada do Equador em Londres como “fugitivo político” em 2011. Aí, foi alvo de constante vigilância sonora e em vídeo por parte dos serviços secretos ocidentais,

que fizeram tudo para saber o que Assange planeava, dizia e fazia, até na casa-de-banho.

Em 2019, passados 8 anos em “prisão domiciliária” sem poder sair da pequena embaixada, o Equador tirou-lhe o estatuto de refugiado, possivelmente por causa de o país ter recebido um crédito de muitos milhões de dólares por parte do FMI. Assange é condenado a ir diretamente para a prisão de alta segurança de Bellmarsh no Reino Unido, denominada de “Guantánamo britânica”. Tem de permanecer em prisão individual numa cela de 2x3 metros, possivelmente por a juíza que o condenou ter recebido dinheiro de uma empresa de segurança privada cujos negócios obscuros a Wikileaks tornou públicos. Para além disso, na cidade em Virgínia (EUA) onde Assange seria julgado (se fosse extraditado) por um tribunal de jurados, quase toda a população trabalha nos serviços secretos, o que tornava a sentença presumível. Esta basear-se-ia no Espionage Act, decidido durante a Primeira Guerra Mundial e segundo o qual o jornalista seria condenado a até 175 anos de prisão. Todos estes factos mostram que a justiça norte-americana nada deixa ao acaso durante todo o processo, impossibilitando por completo um julgamento justo e objetivo (este não corresponderia à vontade das elites desmascaradas pela plataforma).



Julian Assange após o seu regresso à Austrália (foto: PBS)

Desde então, o processo político sofreu diversos avanços e recuos, com Assange ainda a passar 5 anos na prisão. Vários relatórios das Nações Unidas e de organizações de direitos humanos criticaram o facto de o mesmo ser desproporcionalmente comprido e das condições de prisão indignas. Referiram numerosas vezes a possibilidade de estarmos perante um caso de tortura psicológica, especialmente tendo em conta o isolamento quase total do jornalista durante anos. Finalmente, em 2024 os seus advogados alcançaram um acordo com os EUA, que essencialmente envolve a sua condenação retrospectiva por 5 anos, que já tinha sido passada no Reino Unido.

Pode, portanto, deixar as ilhas Marianas do Norte, onde esta última sentença em acordo com o ministério da justiça dos EUA foi deliberada, como um homem livre. Viajou com a sua mulher para a Austrália, o seu país natal, que exerceu pressão diplomática considerável junto do aliado americano, onde presumivelmente permanece até hoje. Apesar disso, constitui um precedente jurídico e abre as portas à condenação de mais whistleblowers e jornalistas que, apenas fazendo o seu legítimo trabalho e querendo informar a sociedade democrática, divulgam segredos de Estado sobre os crimes perigosos cometidos pelas suas instituições.

Há que ter sempre em conta de forma crítica a quantidade de Estados, serviços secretos e empresas privadas envolvidas no assunto, assim como seus respetivos interesses. É necessário realçar mais uma vez o trabalho insuficiente dos media mainstream ocidentais que, embora como já descrito, cooperaram múltiplas vezes com a Wikileaks, avaliando e publicando os milhões de documentos. No entanto, especialmente na segunda metade da década de 2010, deixaram-se intimidar pelos opositores de Assange e cobriram muito pouco e com pormenores importantes a faltarem no caso. Portanto, e como sempre, é altamente aconselhável consultar media alternativos para além dos habituais para poder formar uma opinião fundamentada e diferenciada.

www.portugaldiplomatico.com